

SOUSA GALITO, Maria (2011). Costa do Marfim. CI-CPRI, AO, N.º 12, 6 Abril, pp. 1-2.

AO: Artigo de Opinião

CI-CPRI



Costa do Marfim debaixo de fogo

A Costa do Marfim regressa aos holofotes mediáticos depois de meses a sobreviver aos efeitos da decisão de Laurent Gbagbo se manter no cargo de Presidente da República, depois de Alassane Dramane Ouattara, o líder da oposição, ter vencido as eleições de 28 de Novembro de 2010.

Gbagbo governa o país desde o ano 2000 e ganhou anticorpos durante uma vida inteira de luta política. Teme sair do poder, ser acusado pelo Tribunal Penal Internacional e perder a fortuna que tem no exterior. Sabe que tem a cabeça a prémio.

A violência entre os apoiantes de Gbagbo e Ouattara instalou-se de forma irremediável no território e parece ser uma questão de tempo até que a teimosia de Gbagbo seja refreada.

Sobretudo depois da intervenção externa fundamentada na Resolução 1975 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), que impõe sanções seletivas ao presidente cessante da Costa do Marfim, tais como o congelamento de bens e outras medidas de pressão, supostamente em prol da proteção dos civis e dos direitos humanos.

Evidencia-se ainda a postura assertiva da França, ex-potência colonizadora (CM independente desde 1960), que tem investido numa afirmação beligerante também na Líbia, outra ex-colónia, países nos quais mantém interesses estratégicos e geoeconómicos específicos. Não nos esqueçamos das empresas gaulesas de produção de Biodiesel e do óleo de palma da Costa do Marfim (o maior exportador mundial deste produto). Ou do petróleo líbio, recursos energéticos que são cruciais no xadrez internacional atual.

Porque é que a França intervém na Líbia e na Costa do Marfim, enquanto a Grã-Bretanha se limitou a sanções económicas no Zimbabwe, por exemplo? Apontemos uma questão de não menos importância: a geografia. Os dois primeiros países são

costeiros e a intervenção militar externa é relativamente mais fácil num país com fronteira marítima do que numa nação no interior continental, pois seria necessário negociar a entrada através de países vizinhos.

Os dirigentes da União Africana (UA) já declararam publicamente ser a favor do vencedor legítimo das presidenciais de Novembro e que Gbagbo deve ceder o poder imediatamente. O objetivo é impedir um banho de sangue. Todavia, mostram-se contrários à intervenção externa que consideram uma ingerência nos assuntos soberanos da Costa do Marfim – o que é contrário aos princípios fundamentais da ONU – e que a África deve resolver os seus próprios assuntos, pois as soluções encontradas não devem ser encontradas/implementadas sob a perspetiva europeia, asiática ou americana, mas africana.

O problema é que UA não tem conseguido impor-se como mediadora capaz de resolver assuntos pendentes, também porque os dirigentes da UA e dos países africanos fazem panelinha uns com os outros e a corrupção alastra-se a níveis preocupantes.

A Costa do Marfim poderá nunca chegar a ser um Ruanda ou uma República Democrática do Congo em número de mortos e feridos, resta saber se porque houve uma solução interna credível, uma cooperação regional efetiva, ou porque houve uma intervenção atempada da comunidade internacional para o impedir.

Em geopolítica o poder e os interesses motivam as ações dos países. O fator humano, tantas vezes renegado para segundo plano, é todavia, crucial para ajudar a Costa do Marfim no longo prazo. Para bem da nação, do futuro da região (drama dos refugiados), e para ajudar a conter mais uma fonte de migrações para a Europa e para os EUA.

(segundo as regras do Acordo Ortográfico)